



Mão Santa quer isentar da CPMF salários e aposentadorias

Senador apresentou projeto que isenta da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira os pagamentos de salários e aposentadorias, independentemente do seu valor. Ele argumenta que esses rendimentos vêm apresentando elevadas perdas no seu poder de compra.

Página 3

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.749 - Brasília, terça-feira, 29 de julho de 2003

Previsão

Delegado fala hoje à CPI do Banestado

O delegado José Castilho Neto depõe hoje na comissão mista de inquérito. Amanhã, será a vez do procurador Luiz Francisco de Souza.

Plenário retoma dia 5 as votações

As sessões plenárias desta semana serão destinadas a pronunciamentos dos senadores e a comunicados da Mesa.

Agenda 21 é tema de reunião

Presidido pela senadora Serys Slhessarenko, o grupo de trabalho da Agenda 21 reúne-se amanhã para organizar evento nacional.

Página 2

Uma chance para o portador de deficiência

■ Paulo Paim recebe da coordenadora nacional das políticas para o setor sugestões para aperfeiçoar o projeto que cria o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. Entidades podem apresentar propostas até 15 de setembro



AUTO-ESTIMA Paim debate com Izabel Maior projeto que visa "assegurar cidadania plena" a uma parcela dos brasileiros

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, recebeu ontem a visita da coordenadora nacional das Políticas para Pessoas Portadoras de Deficiência, Izabel Maior.

Ela apresentou sugestões para o aperfeiçoamento do projeto de Paim que institui o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. O senador ressaltou que, assim como o relator da

matéria, Flávio Arns, pretende acatar todas as emendas que permitam melhorar o projeto, de forma a transformá-lo num instrumento eficiente de promoção social.

Página 3

HOMENAGEM

Plenário aprovou ontem três requerimentos de pesar pelo falecimento da deputada federal Francisca Trindade

Página 4

Senado retoma votações na próxima semana

As sessões plenárias desta semana serão não deliberativas e está marcada para o dia 5 de agosto a próxima sessão com votação de matérias. Nessa

data, transcorre o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, de duas propostas de emenda à Constituição (PECs): a que cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em

andamento, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), e a que retira do Congresso Nacional a obrigatoriedade de examinar os atos do Poder Executivo referentes à radiodifusão comunitária, apresentada pelo senador Osmar Dias (PDT-PR).

Também no dia 5, o Plenário deve votar substitutivo da Comissão de Educação a projeto de lei da Câmara que pretende ampliar o acesso de instituições de ensino de nível superior a canal de televisão a cabo. O texto estabelece que o canal universitário a ser tornado disponível pela operadora de TV a cabo, hoje reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço, poderá ser estendido às universidades que tenham *campi* na região e às demais instituições de ensino superior, cuja maioria dos cursos de graduação tenha obtido avaliação A, B ou C no último Exame Nacional de Cursos.



Proposta de Simon está na pauta do Plenário

Agenda

Plenário inicia atividades de hoje às 14h30

Tem início às 14h30 a sessão de hoje, para comunicados da Mesa e pronunciamentos de parlamentares. Não há previsão de votação de matérias em

Plenário durante esta semana. O leitor poderá acompanhar os trabalhos do Senado ao vivo por meio da TV ou da Rádio Senado.

Paulo Paim participa de fórum sobre emprego

O presidente em exercício do Senado, Paulo Paim (PT-RS), participa do lançamento, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do Fórum Nacional do Trabalho, às 10h30, no Salão Nobre do Palácio do Planalto. Às 14h, Paim recebe Celso Carvalho e Tânia Flores, diretores da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra).



Grupo de trabalho da Agenda 21 tem reunião amanhã

O grupo de trabalho da Agenda 21 reúne-se amanhã, a partir das 10h. Criado pela Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais, presidida pela senadora Serys Slhessarenko (PT-



MT), o grupo organiza evento nacional sobre desenvolvimento sustentável, com representantes de assembleias legislativas, câmaras municipais das capitais e da União de Vereadores do Brasil.

Seminário internacional aborda mudanças no ensino superior



Nos dias 6 e 7 de agosto, no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal, ocorre o seminário internacional "Universidade: Por que e como reformar?" Participarão os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João

Paulo Cunha, os ministros Cristovam Buarque, Roberto Amaral e José Dirceu. Informações pelos telefones (61) 4109243 ou 4109194 e no endereço <http://www.mec.gov.br/sesu/seminario/convite/>.

Programa Cidadania discute crise na aviação

No programa *Cidadania*, exibido pela TV Senado, hoje, às 19h30, o senador Paulo Paim (PT-RS) e o comandante Márcio Marsillac, vice-presidente da Associação dos Pilotos da Varig, analisam a crise na aviação civil brasileira. De acordo com o Departamento de Aviação Civil (DAC), 38% dos vôos previstos para o primeiro trimestre deste ano não se realizaram.



Auditorias do TCU em exame

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, às 14h30, para examinar avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias e inspeções em órgãos e obras públicas, bem como requerimento solicitando a criação de subcomissão temporária com a finalidade de examinar o pacto federativo.

Comissão ouve depoimentos

Para ouvir depoimento do delegado da Polícia Federal José Francisco Castilho Neto, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, presidida por Antero Paes de Barros (PSDB-MT), se reúne hoje, às 10h. Amanhã, no mesmo horário, o colegiado ouve o procurador da República Luiz Francisco de Souza.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Delegado e procurador falam à CPI

A última semana da convocação extraordinária foi reservada pela CPI do Banestado para audiências públicas com duas das autoridades envolvidas nas investigações sobre a evasão de divisas e a lavagem de dinheiro no país. Hoje, senadores e deputados da comissão ouvem o delegado da Polícia Federal José Castilho Neto, e amanhã tomam o depoimento do procurador da República Luiz Francisco de Souza.

Castilho, responsável pela investigação das contas correntes da agência do Banestado em Nova York, vai falar oficialmente à CPI sobre o assunto. Depois de meses apurando informações nos Estados Unidos, Castilho foi afastado do caso. Os parlamentares chegaram a sugerir o assessoramento do delegado à comissão, mas preferiram aguardar seu depoimento.

O procurador Luiz Francisco, que esteve em evidência no caso da violação do painel eletrônico do Senado Federal, coordena o núcleo do Ministério Público responsável pela investigação de autoridades do governo em esquemas de evasão de divisas e de lavagem de dinheiro. Considerando que o esquema de utilização de contas CC-5 para remessa ilegal de recursos provenientes de crimes como o tráfico de drogas e a corrupção já havia sido detectado em outras CPIs, como a dos Precatórios, Luiz Francisco reúne informações que podem adiantar os trabalhos e ajudar na conclusão da comissão.

Reuniões abertas

A programação prevê que os depoimentos sejam feitos em reuniões abertas. Somente se houver necessidade, o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), deve determinar que os depoentes sejam ouvidos de forma reservada. Em alguns casos, como ocorreu em outros depoimentos, a utilização de informações protegidas pelos sigilos bancário e fiscal impede que as reuniões – ou parte delas – sejam abertas ao público e tenham transmissão direta pela Rádio e pela TV Senado.

Mão Santa quer salário livre da CPMF

Com o argumento de que quem vive de salários ou de aposentadorias vem sofrendo elevadas perdas no seu poder de compra, o senador Mão Santa (PMDB-PI) apresentou projeto de lei que isenta da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) os salários de qualquer valor. Atualmente, só os vencimentos até R\$ 720 – três salários mínimos – e os proventos de aposentadorias inferiores a R\$ 2.400 não pagam CPMF.

Mão Santa salienta que a contribuição foi criada para ajudar a saúde e, mesmo assim, provisoriamente. No entanto, “a CPMF já foi prorrogada várias vezes nos últimos oito anos, seu percentual foi subindo gradualmente e agora é de 0,38%”, observa o senador. Pela reforma tributária em discussão no Congresso, a contribuição deixará de ser provisória para tornar-se permanente.

– A saúde é hoje sócia quase minoritária do produto da arrecadação, ficando com apenas 0,20% dos 0,38% totais. Aos poucos, a CPMF acabou se transformando numa das maiores arrecadações do governo federal, devendo chegar neste ano a R\$ 21 bilhões – destaca o parlamentar.

Mão Santa argumenta ainda que a isenção de salários até R\$ 720 é inconstitucional, já que a Lei Maior “proíbe qualquer tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente”.

– A incidência da CPMF sobre os salários recebidos em contas bancárias representa uma grave distorção da tributação sobre a renda, tornando ainda mais regressiva a taxa das faixas mais baixas, agudizando seu caráter socialmente injusto.



Roosevelt Pinheiro

DEFASAGEM Mão Santa adverte para as perdas salariais dos trabalhadores nos últimos anos



José Cruz

INOVAÇÕES Documento foi entregue a Paim pela coordenadora nacional do programa, Izabel Maior

Estatuto do portador de deficiência recebe emenda

Paulo Paim acolhe propostas para facilitar acesso aos transportes coletivos e aos meios de comunicação

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebeu ontem visita da coordenadora nacional das Políticas para Pessoas Portadoras de Deficiência, Izabel Maior, que entregou sugestões para o aperfeiçoamento de projeto de lei apresentado pelo senador instituindo o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. Entre as sugestões, estão as que visam facilitar o acesso ao transporte coletivo e aos meios de comunicação e informação.

– O estatuto visa fortalecer a

auto-estima e assegurar a cidadania plena aos portadores de deficiência – afirmou Paim.

A coordenadora salientou, durante o encontro, a necessidade de aproveitar a discussão do estatuto para incorporar em seus dispositivos novos conceitos da legislação internacional, como o modelo de inclusão social das pessoas portadoras de deficiência.

Segundo Izabel Maior, os deficientes auditivos no Brasil estão excluídos do acesso à televisão por falta da utilização de legendas ou pictogramas com intérpretes de sinais, enquanto os cegos necessitam de novo desenho das páginas da Internet, com a adoção de interface que lhes permita fazer a leitura da tela do computador. A coordenadoria funciona dire-

tamente ligada à Presidência da República.

Paulo Paim explicou que o projeto do estatuto propõe avanços em diversos setores, como educação, saúde, habitação, emprego (política de cotas), lazer, transporte, e um capítulo específico para a Previdência Social, no qual fica assegurado a todo portador de deficiência o direito a um salário mínimo.

O senador ressaltou que, assim como o relator da matéria, senador Flávio Arns (PT-PR), pretende acatar todas as emendas que permitam o aperfeiçoamento do projeto, de forma a transformar o estatuto num instrumento eficiente para a promoção social das pessoas portadoras de deficiência – cerca de 25 milhões no Brasil.

Jucá destaca pesquisa sobre os idosos

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) destacou pesquisa da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado sobre o tratamento dado pela sociedade aos idosos. Para ele, os dados da pesquisa, abrangendo 701 pessoas que ligaram para o serviço 0800 – A Voz do Cidadão, são importante subsídio para aperfeiçoar os projetos (PLS 20/2003 e PLS 204/2003) de Estatuto do Idoso.

De acordo com a pesquisa, 73% dos entrevistados já presenciaram ou ouviram falar de caso de maus-tratos a idosos e

acreditam que eles não são tratados com respeito. Para 97%, a discussão do Estatuto do Idoso é importante.

Jucá pediu reflexão dos senadores para os resultados da pesquisa.

– Somente assim poderemos elaborar um estatuto que contribua para reduzir os casos de desrespeito e maus-tratos aos idosos e garantir-lhes dignidade e tranquilidade.



Jame de Araújo

Benefício para ferroviário só após reforma

O projeto que complementa os benefícios dos ferroviários aposentados antes de 1991, já aprovado na Câmara, somente deverá ser apreciado pelos senadores após a votação da proposta de reforma previdenciária. A informação foi dada ontem pelo vice-presidente do Senado, Paulo Paim. Ele se reuniu com o relator da matéria, Eurípedes Camargo (PT-DF), e com técnicos do governo, que chamaram atenção para a possibilidade de o benefício acabar sendo estendido para outras categorias, gerando forte impacto nas contas da Previdência.

O objetivo do projeto de Paim é complementar as aposentadorias de ex-funcionários da Rede Ferroviária Federal que deixaram o serviço antes de 1991, data em que foi dada a oportunidade aos trabalhadores ativos de optarem pelo ingresso no serviço público.

Quem o fez, e hoje encontra-se aposentado, tem benefícios compatíveis com os do restante do funcionalismo público federal. Os demais, que se aposentaram antes, são tratados pelas regras do Regime Geral de Previdência e seus ganhos são limitados ao teto da previdência dos trabalhadores da iniciativa privada. Além disso, os benefícios foram corroídos pela inflação.

Eurípedes Camargo salientou o caráter de justiça social do projeto e disse que é mais prudente esperar as discussões da reforma da Previdência. A idéia é tentar encontrar uma forma, talvez no próprio texto da reforma, para incluir essa e outras categorias em situação semelhante.

Tiquete-alimentação

No exercício da Presidência do Senado, Paim recebeu ontem o ministro do Trabalho do governo Ernesto Geisel (1974-1979), Arnaldo Prieto, criador do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Os dois conversaram sobre os rumos e a possibilidade de ampliação do programa que beneficia diariamente 8,5 milhões de trabalhadores em todo país, por meio da distribuição de tickets-alimentação. Paulo Paim e Arnaldo Prieto discutiram a necessidade de o programa continuar sendo realizado da forma atual, evitando que os tickets sejam substituídos pelo benefício em dinheiro.

Senado homenageia Francisca Trindade

O Plenário aprovou ontem três requerimentos de pesar pelo falecimento, na madrugada do último domingo, da deputada federal Francisca Trindade (PT-PI). O primeiro requerimento foi apresentado pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI); o segundo, pelos senadores Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Alberto Silva (PMDB-PI) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO); e o terceiro, pelos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Paulo Paim (PT-RS).

Com a aprovação dos três requerimentos, foi encerrada a sessão de ontem. Além do fim da sessão, os senado-



res solicitaram a inserção em ata de voto de profundo pesar pela morte da deputada e o envio de condolências para a família e também para o estado do Piauí.

Francisca Trindade obteve, no último pleito, a maior votação do estado para a Câmara dos Deputados, num total de 165.190 votos. A deputada morreu aos 37 anos em decorrência de um aneurisma cerebral, ocorrido durante discurso que fazia na capital piauiense. A parlamentar, que já se apresentava como candidata à prefeitura de Teresina, tinha sido vereadora e deputada estadual. Casada, deixou dois filhos.

HERÁCLITO FORTES



Esperança de renovação política no Piauí

Autor de um dos requerimentos de homenagem à deputada federal Francisca Trindade, falecida na madrugada de domingo em São Paulo, o senador Heráclito Fortes fez ontem relato da carreira da parlamentar.

– Deputada federal em seu primeiro mandato, a mais votada da história do Piauí, Francisca Trindade era uma das esperanças de renovação política do estado. Atuou em movimentos sindicais e sociais e sempre deixou marca importante – disse Heráclito.

O senador lembrou a convivência com a deputada quando ele era o prefeito da capital piauiense e Francisca Trindade respondia pela Federação das Associações de Moradores. Heráclito Fortes admitiu os duros debates com a então militante, mas reconheceu a coerência das posições adotadas por ela.

– Era dura na negociação e adotava posições firmes. O Piauí se empobrece, mas o Brasil também perde muito. Ela teve uma atuação marcada pela coerência – ressaltou.

EDUARDO S. CAMPOS

Sonhos de uma vida melhor para o povo

O senador Eduardo Siqueira Campos homenageou a deputada federal Francisca Trindade, lembrando o expressivo apoio popular do qual desfrutava. Ela foi a deputada mais votada do Piauí nas últimas eleições e, salientou o senador, “trazia sonhos de uma vida melhor para o povo” do seu estado.

– Quantos não são os sonhos que trazemos para cá, quando chegamos com tamanho apoio popular – afirmou.

Para o parlamentar, a morte chega para a deputada exatamente no momento em que ela reunia os melhores instrumentos para realizar mudanças na vida do povo piauiense.

– O presidente da República, o governador do estado e o presidente da Câmara são todos do partido dela – lembrou.



MOZARILDO



Recordista de votos nas últimas eleições

O líder do PPS na Casa, senador Mozarildo Cavalcanti, lamentou a morte da deputada federal Francisca Trindade. Signatário de um dos três requerimentos solicitando voto de pesar pelo falecimento da parlamentar, Mozarildo Cavalcanti afirmou que a morte dela se deu num momento “em que poderia desenvolver um mandato altamente profícuo em favor de seu estado” e também do Brasil.

Falando em nome de seu partido, Mozarildo Cavalcanti lamentou igualmente que a morte da deputada Francisca Trindade – recordista de votos em seu estado nas últimas eleições – tenha acontecido quando “toda a população anseia por melhorias na qualidade de vida, principalmente na questão social”.

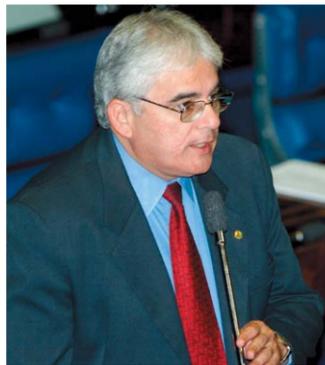
EFRAIM MORAIS

Valente e dedicada à causa social

O líder da oposição no Senado, Efraim Morais (PFL-PB), disse que o falecimento da parlamentar causa um grande sofrimento para a população piauiense, já que ela era, “sem dúvida, uma esperança da política daquele estado, uma mulher valente, uma mulher vibrante e, acima de tudo, dedicada à causa social”.

O parlamentar se solidarizou com a família de Francisca Trindade. De acordo com Efraim, ela já mostrara “sua capacidade como mulher pública, seja como vereadora ou como deputada estadual”. Destacou que ela se tornou a deputada federal mais votada na história do Piauí.

Para o senador, além da família da parlamentar, “sofre também a família petista, que perde uma valorosa companheira”.



PAULO PAIM



Exemplo de luta pelos direitos da mulher negra

Na presidência da sessão de ontem, o senador Paulo Paim afirmou que Francisca Trindade “será sempre lembrada como uma das mais ilustres representantes brasileiras”. O parlamentar destacou a luta da deputada pela emancipação da mulher negra.

Signatário de requerimento solicitando voto de pesar pelo falecimento da deputada, Paim pediu desculpas por “quebrar o protocolo” e se pronunciou durante a presidência dos trabalhos. O senador disse falar também em nome do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, e do líder do PT no Senado, Tião Viana (AC).

De acordo com Paim, a parlamentar era motivo de orgulho para os integrantes do PT e de todos que trabalham pelo fortalecimento da democracia.

▼ Deputada federal mais votada na história do Piauí

Francisca das Chagas da Trindade, de 37 anos, foi a deputada federal mais votada da história do Piauí, eleita com 165.190 votos. Francisca iniciou sua vida política em 1985, quando se filiou ao Partido dos Trabalhadores e participou da sua organização no Piauí. Sete anos depois, foi eleita suplente no cargo de vereadora, exercendo dois mandatos, e em 1998

tornou-se a deputada estadual mais votada da capital piauiense. Em 2000, foi candidata à vice-prefeitura de Teresina.

Autora de dezenas de projetos de lei em defesa dos direitos humanos, Francisca Trindade participou da elaboração de políticas públicas, sendo a favor da moralização do Poder Legislativo.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Paulo Paim